



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

17 de dezembro de 2019

Ata da Vigésima Sexta Sessão Extraordinária

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos. Estavam ausentes o Senhor Deputado Eduardo



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

do Dertins e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofício oriundo da Agência Tocantinense de Obras-Ageto, em resposta a Requerimentos de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e Ofício oriundo da Secretaria da Segurança Pública, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Não havendo Matérias a Apresentar, passou-se às Comunicações. Usaram a tribuna os Senhores Deputados Elenil da Penha, Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Amália Santana. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Projeto de Lei número 10/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023”, que deu origem ao Processo número 506/2019; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Projeto de Lei número 11/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2020”, que deu origem ao Processo número 507/2019; o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários dos Senhores Deputados



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Valdemar Júnior e Professor Júnior Geo, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 16/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui as indenizações que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 427/2019, a qual, votada, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.580, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 17/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera as Leis números 3.463, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil, número 3,479, de 25 de junho de 2019, que institui o Conselho de Segurança Pública do Tocantins – Conesp/TO e número 3.517, de 5 de agosto de 2019, que institui o Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins – FuspTO, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 467/2019; a qual, votada, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.581, de 17 de dezembro de 2019 e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 20/2019, de autoria do Senhor Governador do Tocantins, que “institui o Fundo Estadual do Trabalho-FET/TO, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 513/2019; a qual, votada, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.582, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 21/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Fundo Pátria Amada, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 514/2019; a qual, votada, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.583, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 22/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “revoga dispositivo da Lei número 1.173, de 2 de agosto de 2000”, que deu origem ao Processo número 517/2019; a qual, votada, foi aprovada com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa promulga a Lei número 3.584, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 26/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre a desvinculação de *superávit* financeiro, na forma que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 521/2019; a qual, votada, foi aprovada. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa promulga a Lei número 3.585, de 17 de dezembro de 2019, e encaminha à Secretaria para comunicar a Autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 12/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTE e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental no Estado do Tocantins – Tcfato, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 537/2019; 13/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev – Tocantins, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 515/2019; 14/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o inciso III do art. 11 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 538/2019; 15/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o inciso III do art. 11 da Lei número 2.578, de 20 de abril de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 540/2019; 16/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os arts. 2º e 5º da Lei número 2.275, de 29 de novembro de 2009, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 541/2019; e 5/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Tocantins, que “institui o Programa de Recuperação de Créditos não Tributários do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (Refis - TCE), destinado a promover a regularização de débitos decorrentes de sanções aplicadas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 471/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei de Conversão números: 447/2019, originário da Medida Provisória número 23/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.385, de 9 de julho de 2003, que institui o Programa de Industrialização Direcionada – Proindústria, e adota outra providência”, que deu



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

origem ao Processo número 518/2019; e 448/2019, originário da Medida Provisória número 24/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Fundo Estadual de Transporte – FET, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 519/2019; os quais, votados, foram aprovados com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 449/2019, originário da Medida Provisória número 25/2019, de autoria do Senhor Governador, que “altera a Lei número 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica”, que deu origem ao Processo número 520/2019, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 450/2019, originário da Medida Provisória número 27/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 522/2019, o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários dos Senhores Deputados Professor Júnior Geo e Jorge Frederico e encaminhado à segunda fase de discussão e



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números: 2/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado, referente ao Exercício de 2015”, que deu origem ao Processo número 343/2019; e 3/2019, de autoria Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao Exercício de 2014”, que deu origem ao Processo número 367/2019; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números: 4/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao Exercício de 2016”, que deu origem ao Processo número 368/2019; e 5/2019, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova as contas do Governo do Estado do Tocantins, referente ao exercício de 2017”, que deu origem ao Processo número 369; os quais, votados, foram aprovados com o voto contrário do Senhor Deputado Zé Roberto Lula e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 2.209/2019, de autoria do



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Senhor Deputado Gleydson Nato, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessões Extraordinárias, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números 343/2019, 367/2019, 368/2019, 369/2019, 427/2019, 467/2019, 471/2019, 506/2019, 507/2019, 513/2019, 514/2019, 515/2019, 517/2019, 518/2019, 519/2019, 520/2019, 521/2019, 522/2019, 537/2019, 538/2019, 540/2019 e 541/2019; o qual foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e doze minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário